

Extensão, Pesquisa e Infância: o Desvelamento e o Enfrentamento da Desigualdade Social

Área Temática de Saúde

Resumo

A partir da apresentação da experiência de mais de vinte anos (1983-2004) do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj/Proex/UCG) serão elencadas algumas das contribuições que o Cepaj tem dado à área da infância. Objetivos: Apresentar as atividades de extensão, pesquisas e pesquisas-ação que o Cepaj tem realizado sobre trabalho infantil, violência (física, sexual e psicológica) e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. As metodologias empreendidas são as mais diversas, desde as atividades de extensão desenvolvidas com as crianças, famílias, comunidade, alunos de graduação, conselheiros tutelares, educadores e profissionais de saúde até a realização de pesquisas sobre esses fenômenos. Principais resultados e conclusões: a marca do Cepaj é a sua forte articulação política com os diversos segmentos sociais que atuam e/ou defendem os interesses das crianças das camadas populares, especialmente daquelas que tem os seus direitos violados. Os resultados fazem-se presentes nas ações desenvolvidas pelos seus Núcleos (atendimento, capacitação e pesquisa). O que une fortemente estas ações desenvolvidas pelo Cepaj é a sua opção ética e metodológica de desvelar e enfrentar as desigualdades sociais que se fazem presentes no cotidiano das crianças pobres brasileiras.

Autores

Sônia M. Gomes Sousa – Psicóloga, Doutora em Psicologia Social, professora, assessora da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (Proex/UCG)

Benedito Rodrigues dos Santos – Antropólogo, Doutor em Antropologia, professor, coordenador do Projeto Invertendo a Rota do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Proex/UCG).

Instituição

Universidade Católica de Goiás - UCG

Palavras-chave: infância; desigualdade social; extensão

Introdução e objetivo

Inicialmente faz-se necessário esclarecer que essas reflexões estão marcadas pela opção teórico, metodológica e ética em atender a criança em suas diversas necessidades psicossociais e estudar/pesquisar a infância nas suas inúmeras manifestações contemporâneas. Priorizamos a infância, entre outros motivos, porque partilhamos da compreensão de Kramer (1996) de que a criança – por meio da vida que vive e das diversas formas de subjetivação que produz – revela e desvela o mundo e expressa a história dos homens.

Este texto pretende demonstrar que as opções temáticas, éticas e metodológicas da extensão universitária, podem estar a serviço de um projeto político mais amplo de democratização da sociedade e enfrentamento da desigualdade social, tomando-se como referência o Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), da Universidade Católica de Goiás (UCG).

Na primeira seção deste trabalho faz-se uma breve apresentação do Cepaj. Em seguida contextualiza-se historicamente a pesquisa na área da infância e adolescência; e, por fim,

apresenta-se algumas reflexões sobre as opções metodológicas e éticas de se pesquisar a dimensão da desigualdade social que se expressam na vida das crianças brasileiras.

O centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil - Cepaj foi criado em 1983, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (Proex) da UCG. O Cepaj dedica-se ao estudo e a pesquisa da infância, adolescência e família, bem como na intervenção psicossocial de situações demandadas por esses atores sociais. Ele tem procurado, no curso de seus vinte e um anos de existência (1983-2004), participar do esforço social de busca de soluções para o enfrentamento da desigualdade social que se materializa de diversas formas na vida das crianças e adolescentes pobres.

Após uma década e meia trabalhando com adolescentes em conflito com a lei e crianças, adolescentes engajados no trabalho infantil, o Cepaj passou, no final dos anos 90, a enfrentar a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Tendo como ação central o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual, o Cepaj, desenvolve um trabalho de pesquisa-ação de caráter comunitário cuja intervenção incide sobre as práticas de educação familiar de crianças e adolescentes, na elaboração das políticas públicas e na produção do conhecimento científico.

O Cepaj tem realizado importantes interlocuções e tem tido uma efetiva participação nos espaços de discussão na área da infância, adolescência e família: no âmbito local, regional, nacional e até mesmo internacional. É uma das entidades titulares na composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Goiás; tem efetiva articulação e parcerias com os Conselhos Tutelares e em especial com o Conselho Tutelar da Região Centro-Sul de Goiânia; atende as solicitações do Ministério Público – Centro Operacional da Infância e Adolescência – para a realização de laudos periciais em crianças e adolescentes vítimas de violências e compõe a Coordenação do Fórum Goiano pelo Fim da Exploração e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, contribuindo na capacitação de educadores sociais da capital e do interior do Estado.

Também possui parceria e articulação com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/GO e Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) na defesa dos direitos da criança e adolescente; mantêm ainda articulação e assessoria para trabalhos das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência.

Na sua organização interna o Cepaj é constituído por três Núcleos: Atendimento, Capacitação e Pesquisa. O Núcleo de Atendimento desenvolve ações voltadas para crianças e famílias vítimas de violências físicas, sexuais e psicológicas, por meio de acompanhamento psicoterápico (individual e/ou grupal); acompanhamento pedagógico; atividades de recreação e lazer e acompanhamento comunitário (visitas sócio-familiares).

O Núcleo de Capacitação desenvolve ações voltadas para a formação de alunos (graduação e pós-graduação) e profissionais de diversas áreas do conhecimento como educação, saúde, jurídica, psicologia e serviço social.

O Núcleo de Pesquisa da Infância, Adolescência e Família (Niaf) constitui uma iniciativa do Cepaj no sentido de responder à necessidade de articular as ações de ensino, pesquisa e extensão, como também encaminhar as demandas de pesquisas e incentivar o desenvolvimento das mesmas. Ao grupo de professores/pesquisadores do Cepaj, agregaram-se professores/pesquisadores da UCG, de outras universidades e centros de estudo e pesquisa.

Além dos diversos projetos individuais dos professores da UCG o Niaf em parceria com o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciesp/PUC-Rio) está realizando o Projeto Elos-Goiás que objetiva conhecer as diversas configurações da família goianiense atual. Essa pesquisa é um exemplo de como pensamos que deve se desenvolver o processo de aprendizagem em uma universidade. Nela estão envolvidos aspectos relacionados ao ensino, especialmente as reflexões teóricas ao processo de compreensão das relações familiares na contemporaneidade, à extensão, como forma de inserção no mundo real, na vida

cotidiana; e à pesquisa, como mediadora entre o real e o teórico (práxis), pois possibilita o aprofundamento do conhecimento científico existente sobre o tema de estudo (família) e os elementos novos que serão conhecidos por meio dessa investigação (SOUSA; RIZZINI, 2001).

A extensão e a pesquisa na área da infância: o enfrentamento da desigualdade social: - embora como bem registra Rizzini (1997) a infância pobre tenha sido objeto de discussão política em outros momentos históricos como, por exemplo, na transição da Monarquia para a República, quando o interesse pela infância estava associado à idéia de que ela constitui um valioso patrimônio de uma nação. Somente a partir dos anos 80 que a infância pobre brasileira ganhou relevância social e acadêmica, sendo que nessa década o tema de destaque foi o “menino de rua”. Uma série de eventos e situações – como, por exemplo, a instituição do Ano Internacional da Criança em 1979, a criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), em 1985, a realização de Encontros Nacionais de Meninos e Meninas de Rua, em 1986 e 1989, a criação do Fórum DCA em 1988, publicações sobre o tema e a entrada em cena de novos atores: “as organizações intergovernamentais (Unicef, OMS, Unesco, ONU), internacionais (várias agências que financiam projetos) e as ONGs nacionais” (Rosemberg, 1995, p. 236) – trouxe a infância pobre para o centro da discussão nacional.

Alguns desses grupos têm buscado romper o isolamento – provocado pelas características geográficas e principalmente pelas condições históricas do país –, encontrando-se para troca de experiências e aprofundamento teórico-metodológico. Por essa razão foram organizadas, por exemplo, duas mesas no I Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado na USP, em 2002, intituladas “Pesquisa e intervenção na área da infância e adolescência: encontro dos Núcleos de Pesquisa e Extensão”, que contaram com a participação de oito universidades brasileiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Universidade Católica de Goiás (UCG); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal Catarinense (UFSC); Universidade Católica de Brasília (UCB) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Esse esforço também pode ser observado pela iniciativa do Instituto da Criança e do Adolescente (ICA/PUC Minas) que, apoiado pela Unicef, realizou em 1999, o I Encontro Nacional de Universidades em torno da temática “Políticas e ações de extensão universitária para a promoção dos direitos da infância e adolescência”. E que também realizou em 2003 o 2o Encontro Nacional de Universidades com a temática “Articulação de Rede entre as Universidades Brasileiras: ações de extensão voltadas para a infância e a adolescência”.

Esses grupos têm percursos próprios e atuam com referenciais teóricos distintos, entretanto, unifica-os fortemente o desejo de contribuir para o processo de tornar visível as temáticas relativas à infância e à adolescência brasileiras.

No campo das ciências humanas, pesquisas oriundas de uma perspectiva sócio-histórica – cujo sujeito principal das investigações é a criança – têm privilegiado aspectos ausentes das pesquisas em outros momentos históricos, como a violência contra crianças, o abandono, a exploração sexual, o trabalho infantil etc. Desse modo, essas pesquisas contribuem para a construção de um campo investigativo que privilegia a dimensão da exclusão/inclusão na vivência infantil.

Serão apresentados brevemente alguns desses eixos de pesquisa e pesquisa-ação que têm privilegiado o estudo de crianças e adolescentes das camadas populares: trabalho infantil; violência física, sexual e psicológica e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Os estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Cepaj com as crianças trabalhadoras parte do objetivo de tentar compreender os significados e sentidos do trabalho na experiência de vida da criança pobre. Compreende-se aqui o trabalho que tem um caráter explorador, obrigatório, imposto pela miserabilidade do país e a conseqüente pobreza das famílias.

Não raro, estudar a relação criança e trabalho é um meio para denunciar alguma situação presente em nossa sociedade. Contudo, a denúncia – na maioria das vezes – é amenizada pelo discurso que legitima a exploração a que as crianças são submetidas cotidianamente, na medida em que aponta o trabalho como um processo educativo ou como a única forma de as crianças não entrarem no mundo da criminalidade (ou dele saírem).

Falar desta modalidade de trabalho significa identificar os espaços sociais que a criança está freqüentando: em casa, passa a ser responsável pelos irmãos menores e pela organização da vida doméstica; na rua, obtém os recursos (dinheiro ou espécie) necessários para o seu sustendo e do grupo familiar.

Os resultados dessas investigações (SOUSA, 1994) apontam a dimensão perversa no trabalho precoce. Seus discursos revelam a ambivalência de estar realizando a única opção que uma criança pobre tem de minorar a miséria e sair da rua, mas que a restringe, exaure e explora. O trabalho obrigatório ‘rouba’ o tempo, o desejo e o futuro da criança e a aprisiona a uma identidade cristalizada de ‘menino bom’, resignado ao sofrimento de um trabalho, muitas vezes, sujo, cansativo e que gera um sofrimento que não é produtivo.

Na interação criança-trabalho aparecem nítidas as relações sociais e históricas que encobrem a criança. Embora participe da produção da riqueza social, ela é excluída, como qualquer trabalhador, do usufruto dessa riqueza. A criança reafirma sua universalidade de homem pelo lado perverso que a contradição capital-trabalho reservou ao homem trabalhador: a exploração.

As pesquisas realizadas por Sousa e Morais Neto (1997), Sousa et al (1999 e 2000) e Sousa (2001) privilegiam as situações de violências vividas por crianças goianienses. Estes estudos pretendem traçar o perfil, compreender os significados e sentidos atribuídos pelas pessoas envolvidas nas situações de violência e também contribuir para a elaboração de políticas públicas tanto na prevenção dessas situações quanto na construção de metodologias de abordagem e tratamento das crianças/adultos envolvidos nas situações de violência.

No conjunto estas pesquisas partem da compreensão de que a violência é um fenômeno que se faz presente num espaço intersubjetivo, na medida em que ela expressa as relações sociais, não apenas na dimensão das classes, mas também dos sujeitos. Não é, contudo, qualquer relação social que produz violência: produzem violência àquelas relações marcadas pelo autoritarismo, em que o sujeito converte-se em objeto. No caso da violência contra criança e adolescente, prevalece o adulto-centrismo, forma de autoritarismo pela qual a criança é vista como “coisa”, um não-ser, um ausente de desejos. Daí ser ela desrespeitada em sua necessidade mais fundamental: o direito à vida com dignidade.

Tanto as pesquisas quanto à intervenção psicossocial direta realizada pelo Cepaj apontam que o problema da violência, nas suas diversas modalidades, vai além da vítima, do autor e do seu contexto imediato. Na verdade, a violência atinge a todos, não apenas os profissionais que atuam diretamente com as crianças e famílias, mas a todas as pessoas que buscam maior qualidade de vida e que não fecham os olhos para a realidade social e humana que está a sua volta.

Recentemente o Cepaj vem trabalhando na construção de metodologias para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, por meio de duas iniciativas: o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento a Violência Sexual Infante-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) e o Projeto Invertendo a Rota: Ações de Enfrentamento da Exploração Sexual Infante-Juvenil na Área Metropolitana de Goiânia – Goiás.

O PAIR é um programa nacional de capacitação de agentes sociais de organizações governamentais e não-governamentais envolvidos em ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O projeto está sendo desenvolvido nas cidades de Pacaraíma-RR, Manaus-AM, Rio Branco-AC, Corumbá-MS, São Paulo-SP, Feira de Santana-BA e Campina

Grande-PB. O PAIR é resultante de convênio firmado entre USAID e Governo Brasileiro, por meio do Ministério da Assistência e Promoção Social e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O Projeto Invertendo a Rota é realizado por intermédio de um convênio entre a UCG e a Prefeitura de Goiânia, através do Fundo Municipal de Apóio à Criança e ao Adolescente vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com verbas da Petrobrás. Articulando intervenção social e pesquisa, a proposta do Projeto é desenvolver e/ou sistematizar metodologias de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes que contribuam para qualificar a ação de todos agentes sociais com responsabilidade direta ou indireta sobre a ocorrência desse fenômeno.

As ações do Projeto Invertendo a Rota buscam fundamentalmente fortalecer a Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, criada em Goiânia, Goiás, no ano 2000. Esta iniciativa foi resultado de articulação feita pelo Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil e Fórum Goiano de Mulheres com órgãos do poder público. A Rede congrega, hoje, mais de 30 organizações governamentais e não-governamentais de Goiânia e do Estado de Goiás agrupadas nas categorias de serviços de saúde, assistência social, acompanhamento jurídico e defesa de direitos, responsabilização criminal e estudos e capacitação. Os primeiros resultados desta pesquisa começarão a ser relatados no ano de 2005, quando se encerra o primeiro ano do Projeto.

Conclusões

As reflexões produzidas pelos pesquisadores do Cepaj/Niaf têm contribuído tanto para o desenvolvimento da pesquisa nacional – por exemplo, sobre os aspectos metodológicos e éticos presentes na pesquisa com crianças – quanto para a organização da rede de pesquisadores da infância e adolescência no país.

Não podemos nos esquecer de que o pesquisador é portador de um poder expresso pela sua condição social, pela sua formação, pela hierarquia de idade. E é óbvio que essas condições fazem-se presentes nas suas relações sociais e, também, na sua relação com os sujeitos pesquisados. Por isso, é sempre importante ele se perguntar e se avaliar – assim como também ser avaliado pelos seus pares – a respeito de como utiliza esse poder nas suas relações com os seus pesquisados, especialmente quando estes são crianças.

Faz-se necessário que o pesquisador que investiga a temática da infância tenha uma formação que extrapole a sua área específica e entenda de procedimentos jurídicos, científicos e técnicos dessa área, pois “a pesquisa não pode representar apenas um momento de coleta de dados, que beneficie somente o pesquisador e a comunidade científica. Este processo deve representar um fator de proteção para a criança que será ouvida, protegida e ajudada” (Lisboa; Koller, [s.d.], p.20).

De tudo o que foi dito, parece-me que o mais importante é os pesquisadores não agirem de forma a intervir nos valores das crianças pesquisadas e, principalmente, não violarem a sua intimidade.

Os pesquisadores que estudam e pesquisam a infância – e especialmente os fenômenos da violência com crianças – certamente enfrentam no seu cotidiano problemas e/ou dilemas metodológicos e éticos. Por isso, necessitam de espaços sociais para que possam não apenas trocar informações científicas ou discutir sobre os procedimentos metodológicos mais eficazes na realização de pesquisas, mas fundamentalmente que possam exercer o seu papel social de cidadãos e pessoas humanas capazes de enfrentarem os inúmeros desafios e tensões postos na prática, na reflexão e na vida de uma forma geral.

Essas pesquisas tentam romper com a concepção dominante que vê a criança como o infante, ou seja, aquele que não tem fala, para colocá-lo num lugar de protagonismo e de defesa do seu status de sujeito de direitos. O estudo da infância objetiva, assim, desvelar o real,

subvertendo a aparente ordem natural das coisas (Kramer, 1996). E, nessa perspectiva, pretende também colaborar na elaboração de políticas públicas não excludentes e que vejam as crianças não como risco, mas, fundamentalmente, como oportunidade (Rizzini et alii, 2000).

O Cepaj/UCG reconhece como um de seus mais relevantes objetivos o vínculo entre a produção/sistematização de conhecimento e a realidade social, prática fundamental no processo de reconstrução do significado do ser criança e adolescente. Para realizar tal intento, buscou sempre a articulação entre os conhecimentos que tem sistematizado e o das demais instituições que atuam na área da infância e adolescência, acreditando ser esse o melhor caminho para contribuir para a compreensão dos complexos fenômenos relacionados com esses segmentos sociais, bem como para a elaboração de políticas públicas que os contemplam em suas necessidades específicas e na ampliação do contingente de parceiros na luta pela cidadania de crianças e adolescentes.

Referências bibliográficas

KRAMER, Sônia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). Infância: fios e desafios da pesquisa. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo; KOLLER, Sílvia Helena. Questões éticas na pesquisa com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. [s.d.]. Mimeografado.

RIZZINI, Irene et alii. Crianças não é risco, é oportunidade: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitários para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Cespi/USU/Instituto Promundo, 2000.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula/Amais, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; FREY, Peter (Org.). Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 1995.

SOUSA, Sônia M. Gomes. Trabalho infantil: a negação da infância? Estudo do significado do trabalho para crianças das camadas populares. 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

_____; MORAIS NETO, Otaliba Libânio. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região metropolitana de Goiânia (1992 – 1996). Goiânia: Cerne, 1997.

_____; et al. Reflexos do Estatuto da Criança e do Adolescente na imprensa: notícias sobre crianças vítimas de violências e acidentes. Goiânia: Ed. da UCG, 1999.

_____; et al. O significado de infância, educação e violência para pais que cometeram violência física contra filhos. Goiânia: Ed. da UCG, 2000.

_____. Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial dos discursos dos depoentes da CPI. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Social). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

_____; RIZZINI, Irene (Coords.). Desenhos de família. Criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais. Goiânia: Cãnone, 2001.